

A collage of images including a woman's face, a large breast, a sign reading "REKSION", and a figure in a military uniform.

— Que faz Hans na esquina?
— Guarda a nossa honra de arianas
contra os ultrajes dos judeus e dos
mestiços francezes e sul-americanos.

O povo precisa saber quem de fato quer lutar contra o fascismo. Nesse sentido "O Homem Livre", devidamente autorizado pelo secretariado da F. U. A., receberá a confirmação daquele compromisso por parte das organizações faltosas. Cumpre mobilizar urgentemente as forças do anti-fascismo em São Paulo. Cresce o atrevimento do inimigo, e não será com flores e palavrado que se organizará a resistência às avançadas da reação. É preciso que quem queira lutar contra o perigo da internacionalização do fascismo encontre onde seja aproveitada a sua vontade de luta. É indispensável por isso mesmo saber as quais organizações e indivíduos que desertam da batalha, fazendo o jogo do inimigo e convertendo-se praticamente em assecas do fascismo.

Hoje, porém, os judeus são considerados como "raças inferiores", e, portanto, são vítimas de uma verdadeira perseguição racial, especialmente em países como a Alemanha nazista, onde os judeus são considerados "raças inferiores" e são vítimas de uma verdadeira perseguição racial.

As cousas não se passam diferen-
temente no domínio, mais difícilmen-
te controlável, do sentimento, da
poesia, por exemplo, que devia ser,

NURESABERG, 1 (E) — Hitler, no seu discurso de hoje, afirma: 'É necessário combater os adversários do regime pelo terror, pois que os métodos liberais seriam ineficazes para governos que tinham escolhido a divisa: "Se tu não queres ser meu irmão, eu te abrirei o crânio".'

A comédia da "marcha sobre Roma" C. I. SOUZA NOSCHESSE S/A

O interessante livro de Emílio Lusu "Marcha sobre Roma e arredores", editado pela "Casa Editora Crítica" de Paris, encontrou uma acolhida verdadeiramente excepcional, entre os anti-fascistas que tiveram a oportunidade de lê-lo.

Para dar uma ideia e para oferecer aos nossos leitores uma página dessa história que é por todos os títulos importante para todos os anti-fascistas, resolvemos transcrever o capítulo VI do livro de Lusu, que recorda a fase mais sintomática da famigerada "marcha sobre Roma" e jorra viva luz sobre a parte que, pelo seu epílogo, mostra claramente a atitude do Rei Vitor Emanuel no caso:

"A Marcha sobre Roma" é um dos acontecimentos mais interessantes da história política dos tempos modernos.

O leitor estrangeiro, neste ponto, deve ter sob os olhos uma carta geográfica do reino da Itália.

A "marcha" foi decidida segundo os novos planos em 26 de Outubro em Nápoles.

A mobilização fascista verificou-se entre 26 e 27 desse mês. A 28 teve início a "marcha". E' em torno de Roma que se vai decidir da sorte da Itália. Mussolini toma o trem em Nápoles, atravessa Roma e se esconde em Milão. Milão fica do lado oposto, a 600 kms. de Roma. Si ele ficasse em Nápoles estaria mais próximo. Original processo de combate. Mesmo com a estratégia moderna, 600 kms. de distancia do grosso que se bate são, efetivamente muitos. Mas, em compensação, Milão tem a vantagem de ser a poucos kms. da fronteira suíça.

A mobilização fascista realizou-se como era possível. Na maior parte da região ela não se deu. Contra um Estado que se defende não é fácil tomar a ofensiva. Em toda a Itália se diz: "esta marcha termina nas gárgas". Mas o governo é demissionário.

O comando geral das forças fascistas ficou-se em Perugia. Compunham-no De Bono, De Vecchio e Balbo. O duque D'Aosta que prometeu todo o apoio à empresa permaneceu clandestinamente nas cercanias de Perugia. As colunas fascistas estão em Civitavecchia, Mentana e Tivoli. Tudo mostrava que o alvo seria Roma. Mas reina a maior desordem. Contra-tempos, retardamentos, equívocos atrapalham as colunas e retardam as escaramuças. A maior parte não tem armas: muitos estão armados de espingardas de caça. Os fuzis militares não têm munição. Só algumas metralhadoras da esquadra se encontram em bom estado. Os viveres começam a faltar desde o primeiro dia. Queremos comer — ulula com impaciência a coluna de Mentana. E pouco faltou para que não se amotinasse.

Em algumas cidades da provincia os fascistas arriscaram-se a ocupar de surpresa alguns edificios publicos. Mussolini em Milão põe-se na sede do seu jornal e faz com que envolvam a redação com uma fita de cavalos de friza. "Precisamos defender o nosso reduto a todo custo" — disse na noite de 27, às vésperas. A "marcha" tem, assim, início com o comandante que se imobiliza e que se deixa envolver por fios de arame farpado.

Um forte nucleo de fascistas milaneses invade o posto da guarda da caserna dos alpinos na Via Ancona e a ocupa. Prontamente intervem o coronel com um batalhão.

— Viva o exercito! — gritam os fascistas.

— Muito obrigado — responde o coronel. — Mas se não vos retirais dentro de cinco minutos ordenarei fogo.

— Viva o exercito! — gritam mais uma vez os fascistas.

E, para testemunhar a sua admiração apresentam as armas.

Impassível, o coronel repete a ordem de retirada.

— Não! — declara o chefe fascista. — Não. Preferimos morrer.

— Os vossos desejos — replica o coronel — serão satisfeitos.

A situação torna-se angustiosa. O batalhão perfila-se e cala a baioneta. O chefe percebe que não mais deve discutir. Pede um minuto de prazo e chama Mussolini ao telefone. O "Duce" é imediatamente informado de tudo. Retira-se do reduto e vai para a caserna. Rápido e agitado é o colloquio entre o coronel e o "duce". O coronel perde a calma e faz soar a toca. E' o sinal para o assalto. qualquer entendimento torçível. Nada mais há a fa-

— comanda o "du-

Os fascistas abandonam a caserna e o "duce" regressa ao reduto.

Roma continua em calma. Os otimistas dizem: — "Bastam dois tiros de canhão e tudo se acabará". O exercito ocupa o paço real, os ministerios, as estações, a central electrica, o posto e o telegrafo, todos os pontos estrategicos. Canhões, autos blindados, metralhadoras se põem em movimento. Os dirigentes do fascio local são presos. Ninguém opõe resistencia. Ninguém se move.

Chegam noticias alarmantes sobre as agitações nas provincias. Finalmente no Conselho dos Ministros prevalece a tese que seja adotado o estado de sitio. O rei consente. Não ha outra saída.

Urge defender o Estado.

Em 28 o estado de sitio é proclamado em toda a Italia. As primeiras instruções telegraficas do governo eram claras: "Prisão, por qualquer meio, de todos os chefes fascistas".

Os poderes civis começaram a passar às mãos das autoridades militares. Em toda a parte o exercito obedece, sem excitação, com disciplina de guerra.

Em Milão, o prefeito da provincia chama Mussolini. O "condottiere" da "marcha" retira-se uma segunda vez do seu reduto e apresenta-se na Prefeitura humilde como o mais respeitador das leis. O prefeito comunica-lhe a ordem do governo: é preso.

A situação inverteu-se. O panico se apodera das filas fascistas. O Estado se defende?

— Traição! Traição! — urravam os fascistas.

Mas a desordem não dura muito tempo. A's doze e quarenta do mesmo dia a "Agencia Stefani" comunica: "o estado de sitio foi revogado".

Grandezas e misérias de um governo provisorio.

Que aconteceu?

Simplemente isto. O "onorevole" Facta apresentou-se ao rei para que este firmasse o estado de sitio como houvera sido combinado entre eles. O rei respondeu: "E' impossível. Eu não posso firmar tal decreto". O on. Facta respeitavelmente insistiu. Debalde.

— "Eu desejo — disse mais tarde o rei ao sr. De Vecchi — que os italianos saibam que fui eu o unico que não quiz firmar o decreto do estado de sitio".

— Viva o rei! — gritam os fascistas.

A direção do Partido Liberal sente-se no dever de não perder tempo: lança uma proclamação ao país e exalta o tãto do soberano.

O exercito é recolhido.

No dia 29 Mussolini recebe do rei o convite telegrafico para formar o ministerio. Ele parte de Milão de trem e chega em Roma no dia seguinte. Roma está em festas. Panejam bandeiras tricolores e formam-se cortejos. O bairro popular de São Lourenço não participa do regosio dos burocratas. Revolta-se contra as palavras dos chefes, contra as ordens do dia dos partidos organizados e prepara-se para a resistencia. Alguns dias mais tarde um punhado de heróis deixar-se-á massacrar nas barricadas.

As colunas fascistas, reanimadas, adquirem jactancia.

Elas se encontram ainda muito longe de Roma. As mais proximas estão a 100 kms. E' preciso ainda de muito tempo para que possam chegar á cidade. O governo envia-lhes viveres e diretivas de marcha. Só dois dias depois, no dia 31 é que chegam em Roma e desfilam delirantes diante do Quirinal. O rei sobe á sacada. Ao seu flanco estão a família real e Mussolini em camisa preta.

— Viva o rei! — aclamam por horas as camisas pretas.

— Viva o rei!

— Então foi o rei quem fez a marcha sobre Roma? — comenta chistosamente o povo.

O novo ministerio já está organi-

Obrigações — Bonus Promissórias

C. I. T. A. mantém um excelente serviço de informações sobre valor, vantagens e condições dos títulos públicos.

Fazem vossos negocios por intermedio de

C. I. T. A. LDA.

Direção de Percy D. Levy
São Paulo — Santos — Rio
Caixa Postal 5740 (S. Paulo)

zado: um general, um almirante e doze fascistas. Para frear a Revolução — eles afirmam — cinco democraticos católicos e dois liberais prestam a sua colaboração ao novo ministerio. Este adquire grande autoridade devido á presença de Giovanni Gentile, mestre do idealismo neo-hegeliano, filosofo do "ato puro".

Mussolini já é o chefe da nova Italia. Começam a chegar as adesões. A primeira é a do comandante da divisão militar de Roma, tenente general Pugliese. Declara-se pronto a morrer pelo "duce" em seu nome e na de sua divisão.

Eu conhecia muito bem o general porque tomamos parte juntos em muitas batalhas em 915 e 16.

Admirei-me pelo fato de que ele, que me parecia não ter nenhum vontade de morrer durante a guerra estivesse tão disposto a morrer em tempo de paz.

— A psicologia de alguns generais é muito complexa — explicou-me um competente. — Para exprimir o seu pensamento eles empregam ás vezes uma terminologia absolutamente contraditória. De forma que, quando reclamam a paz pode-se apostar que eles desejam a guerra e, quando afirmam estar dispostos a morrer logo, sem discutir, acontece frequentemente que querem viver, e viver bem.

Marchando ao par dos acontecimentos, no mesmo dia os dirigentes da Associação dos Mutilados, lançam uma proclamação exaltando o "duce".

— "Bate para a Italia uma hora forte, diz o manifesto. "Nós já havíamos ouvido e a prepararmos".

E, dado que se não ignorava o fracasso do "complot" danunziano, o manifesto adquire caráter defensivo: "conjuras partidarias e manobras subterraneas procuravam desnaturar as nossas purissimas intenções, armando uma vil emboscada ao poeta-soldado e aos seus companheiros de sacrificio e de guerra".

Os dirigentes da Associação dos Mutilados falavam em nome de todos os mutilados da Italia, mas, naturalmente, eles os representavam tanto quanto o general Pugliese representava todos os militares da sua divisão.

Convém que o leitor saiba que os dirigentes dos mutilados se tornaram, ao depois, em massa, deputados fascistas: Del Croix, Mamelella, Romano, Baccarini, etc. Este, em minha presença, mais tarde, sofreu um ataque epilético, acompanhado de convulsões e desmaios quando alguns amigos imprudentes lhe comunicaram, sem o preparar devidamente á inesperada noticia, que ele talvez fosse excluído da chapa dos candidatos.

Gabriele D'Annunzio não se amotina. Embora o seu bellissimo plano tenha fracassado e embora tenha perdido a oportunidade de pronunciar o seu magnifico discurso, ele não perde a calma. Isto estaria em contradição com as supremacias leis da estética. Ele espera impassível. Ele sabe que o "duce" precisa de sua lira. De fato, Mussolini envia-lhe, por meio de tres diversos mensageiros credenciados, os sentimentos de sua alta devoção.

E' uma coisa séria? E' uma brincadeira? O poeta responde com uma mensagem enigmática que termina com as seguintes palavras "A Vitória tem os olhos claros de Palas". Mussolini, porém, não lhe guardará rancor. O poeta, por seu lado, não fará muita resistencia. Em pouco tempo, também ele será um personagem do regime: general *ad honorem* e príncipe de Monte Nevoso. Esta é uma alta honorificencia de Estado que lhe tornará menos triste a solidão de soberano sem corôa.

— A Du Barry do regime — dizem os seus próprios admiradores. Os funcionários do Estado Liberal julgam que tudo o que aconteceu é normal. Não apresentam sofismas e se apressam em aderir ao fato consumado. Os próprios partidos de opposição não são já impotentes? O melhor, portanto, é calar-se o obedecer. Só o conde Sforza, embaixador da Italia em Paris, percebe a diferença da situação e se demite do cargo. O fascismo considera-o rebelde e desertor e o aponta ao desprezo da Nação.

A Nação?

Que é a Nação?

A calma inunda a Italia. Acabaram-se os tempos da desordem! Não ha mais grèves nem saques, nem escorregamais o sangue dos irmãos. O Estado tem uma roupa nova e avança solenemente. A lei volta, triunfante, de seu longo exilio. Os sinos repicam.

Esta é a paz.

A Italia quer repousar E' hora de dormir. Cerrem-se os olhos e dê-se livre curso ao destino".

Fabricantes de APARELHOS SANITARIOS E DOMESTICOS

Rua Julio Ribeiro, 33
Teleph. 9-0378 e 9-2167

SÃO PAULO
Rua Libero Badaró, 15
Teleph. 2-2966
End. Telegr.: Fundação

O dr. Kid Chocolate

integralista da gema

Uma das melhores cabeças da estrebria integralista — depois de Plínio Salgado e de Miguelzinho Reale — é sem duvida, o dr. Ulisses Paranhos, medico, sociólogo e literato.

Aquêle malcriado de Agripino Grieco diria dele que, como médico Ulisses é um modesto literato e como literato um mau medico.

No entanto, no campo da medicina, o chefe integralista salientou-se — ha pouco — produzindo um poderoso artigo sobre as qualidades patrióticas do chocolate, artigo esse, que foi divulgado largamente nos "a pedido" da imprensa local pelo Consorcio Falchi e Papini, Gardano, Zanotta e Sonksen.

No terreno da sociologia, o dr. Paranhos deixou um sulco que não será facilmente apagado, presidindo aquella farça que foi o chamado Congresso de Sociologia, organizado por esse pandego de Ovidio da Cunha.

Os que tiveram a bôa sorte de participar da sessão inaugural do tal Congresso deverão lembrar-se do humorístico protesto do clinico-literato-sociólogo que, perante uma assistencia espantada, abandonou a mesa sob a alegação de que os oradores esquecidos da famigerada "realidade brasileira" — tinham chegado á ousadia de tratar argumentos que não condiziam com a sensibilidade patriótica e com intelligência do insigne chocolatólogo.

A sociologia — exclamou naquella ocasião o dr. Ulisses — não pode ser senão brasileira".

E respondendo a um aparte do dr. Alberto Seabra, o qual tinha observado que a filosofia, a matematica e todas as ciencias constituem um patrimonio inalienavel da cultura universal e não já deste ou daquela país — o colega de Miguelzinho Reale teve a coragem de declarar que — pelos verdadeiros patriotas — a matematica também pode ser uma ciência nacional.

O dr. Kid Chocolate, nesse momento, pensava talvez, nos cálculos aritméticos relativos aos juros que temos que pagar aos banqueiros de Londres e de Nova York...

Mas o dr. Paranhos que odeia com ódio selvagem tudo o "que" não "é nosso" sempre deixa de ser xenofobo quando fala de Benito Mussolini.

Para celebrar o "Duce", ele é capaz de dizer qualquer besteira e de arrancar todas as flores do jardim da sua retórica barata.

Há alguns dias — a convite de uma sociedade italiana do Braz — Kid Chocolate teceu em louvor do seu "Duce" um hino (assim o "Fanfulla"), que é o "suco" da cretinice e da ignorancia.

Falando de Mussolini, Ulisses exprimiu-se assim: "No mundo hoje há um unico estadista cujo poder é superior ao de Napoleão, cuja energia é superior á de Carlos Magno e cuja filosofia tem a serenidade da filosofia de Goethe e, quando for preciso, a violência da filosofia de Nietzsche: Benito Mussolini."

Depois de outras enormidades do mesmo quilate, entrando no terreno da literatura como um burro entra numa joalheria, o nosso clinico-filosofo illuminou os ouvidos, acerca dos valores intelectuais da Italia moderna.

"A Italia nova — no dizer dele — chama-se Gentile, Farinelli, Pietravalle, Maria Luisa Fiumi, Paola Origo, Sibilla Aleramo, Maria Maggi, Bonaventura Tecchi, Orio Vergani." Sim senhor! E nós que pensavamos que a actual Italia intelectual podia orgulhar-se com os nomes de D'Annunzio, Benedetto Croce, Grazia Deledda, Pirandello, Maria Montessori, Papini, Ada Negri, Ferrero, Bracco, Borgese, e etc.!

E, dentre os melhores e os novos, com Palat Zeschi, Govoni, Adriano Grande, Tambari e Alvaro...

Felizmente veio Ulisses Paranhos a pôr em dia a nossa cultura literaria! Ah! batuta!

Amanhã um estrangeiro vindo ao Brasil descobrirá os nossos valores literarios em Didi Cailliet sem se aperceber de Gilka Machado. Paranhos "docet!" Com tudo isso, segundo aquilo que lemos no "Fanfulla", aconteceu que os fascistas do "Circolo Carlo del Prete", depois de tê-lo aplaudido a cada palavra, no fim do discurso foram felicitar-se com o "magnifico orador".

E' assim mesmo: *Asinus asinum fricat*, que é como diz: os burros gostam sempre dos burros. JUCA PIRAMA

"O fascismo se apoia na in-

genuidade de parte do povo

alemão"

NUREMBERG, 1 — (E) — No seu discurso o chanceler salientou que o nazismo tem como base a alma ingenua do povo alemão e acrescentou que convinha, todavia, unir a intelligencia ao sentimento, acentuado a importancia da educação das massas, que devem ser animadas da confiança do seu valor, e afirmou de novo que Nuremberg seria sempre a sede dos futuros congressos.

O chanceler insurgiu-se contra o judaismo, ao qual acusou de ser fermento de decomposição na vida dos povos.



"O HOMEM LIVRE"

APESAR-DE HAVERMOS TRANSFERIDO A SEDE DE "O HOMEM LIVRE" DA RUA S. BENTO 58, 1.º ANDAR, PARA A RUA DO CARMO, 11, 1.º ANDAR, SALA 3, MUITOS ASSINANTES, LEITORES E AGENTES CONTINUAM A ENVIAR A CORRESPONDENCIA AO ANTIGO ENDEREÇO. AFIM DE EVITAR ESSE INCONVENIENTE, QUE ACARRETA UM GRANDE ATRAZO NA ENTREGA DAS CARTAS, PEDIMOS A TODOS OS Nossos AMIGOS QUE TOMEM EM CONSIDERAÇÃO ESTE AVISO.

A SECRETARIA

Egon Erwin Kisch

fala da Alemanha

Estou em frente de mim: de talhe mediano; corpulento, olhar perscrutador, cabeleira em desordem, uma das mãos aqui, a outra lá — "o repórter frenético". Egon Erwin Kisch, cidadão tcheco, ou melhor jornalista alemão, escafandrista em Londres, prestidigitador em Nice, professor de jornalismo em Karkov, revolucionário em toda parte. Os franceses conhecem o livro deslumbrante — *Paraíso americano* — que, sem ter a menor aparência disso, constitui um julgamento definitivo dos Estados Unidos.

— Onde se achava há um ano passado?

— Na fronteira da Índia com a União Soviética.

— Da Índia, com...?

— Sim. É uma zona neutra no Paquistão.

— E depois?

— Depois fui para Berlim. Publiquei um livro: *A Ásia inteiramente transformada*.

— Em seguida?

— Os japoneses atacaram Changai. Fui a Changai. Atravessi a Manchúria. Escrevi um livro: *A China secreta*.

— E depois?

— Hitler lançou-se sobre Berlim. Fui a Berlim.

— E em seguida?

— Em seguida. Goering poz fogo no Reichstag. Fui preso. Em Spandau.

— E então?

— Foi terrível! Os hitleristas puseram em Spandau todos os "bolcheviques culturais".

— Muitos escritores?

— Karl von Ossietzky, antigo redator-chefe da *Weltbühne*, um democrata, um homem muito correto, muito sincero e muito burguês. Homem de saúde delicada. Não tinha força, nem para passear com os outros detentos no pátio da prisão. Hermann Duncker, homem de idade, historiador do materialismo, que nos espiava todos os dias através da janela da célula, porque era também fraco de mais para participar do passeio cotidiano de meia hora a que tínhamos direito. Jamais lhe esquecerei o rosto azulado.

— Era o mais velho de todos?

— Não. Quero contar-lhe uma história que nos inquietou terrivelmente a todos. Quando nos reuniram na prisão policial, em Berlim, o novo prefeito nacional-socialista veio passar-nos em revista. Virou-se para Otto Lehmann-Ruesbild, um velho, presidente da Liga alemã dos Direitos do Homem, e gritou: "— Porco! Não te sabes portar em minha presença. Ponham-no a ferros!"

"Os policiais agarraram Lehmann-Ruesbild, puseram-no a ferros e atiraram-no em uma célula. Tornámos a encontrá-lo mais tarde, cheio de dores e esgotado, em Spandau.

— Então não levaram vocês todos de uma só vez.

— Sim. Os policiais nos amontoaram, trinta num só carro. Prevenham-nos de que nos transportariam para um lugar em que seriamos fuzilados. Em caminho, o veículo sofreu uma "panne". Foi proibido mexer-se. Ficámos, durante uma hora, juntinhos uns aos outros, esperando a partida e a morte. Que hora!

— Havia com vocês outros escritores? Escritores conhecidos em França?

— Vários. Você não pode deixar de conhecer Ludwig Renn, autor de *Guerra*. Os nazis declararam que Renn não sairia da prisão vivo, porque estudara a teoria da estratégia do ponto de vista socialista. Os nazis tem outro motivo para odiá-lo, Renn é de origem nobre. Seu verdadeiro nome é Arnold Vieth von Gensebau. Ele foi oficial durante a guerra e só mais tarde se

ligou ao socialismo. Um aristocrata, um oficial revolucionário, são coisas que o regime atual não perdona. Também estava conosco Scheringer, que se tornou marxista na prisão. Fora condenado como nazi sob o antigo governo e foi durante sua detenção na fortaleza de Glatz que se filiou ao partido comunista. Citarei ainda Erich Muhsan, um poeta satírico, um anarquista e o romancista Kurt Kleber que sofreu depois de preso, oito ou dez ataques cardíacos. Devo ainda render homenagem à memória de nosso amigo Erich Baron, homem sensibillíssimo, de temperamento lírico, que se matou na prisão.

— Há muitos emigrados alemães em França?

— Quasi toda a literatura. Thomas Mann, Heinrich Mann, Alfred Kerr, Theodor Plivier, Herman Kesten, Anna Seghers, laureada do Prêmio Kleist, a mais alta distinção literária da Alemanha, Arthur Holitscher, amigo de Knut Hamsun e Wedekind, Magnus Hirschfeld, fundador e diretor do Instituto de Sexologia. Seu confrade, o doutor Max Hodann, continua preso. A lista não está completa... Os outros estão na Tchecoslováquia ou na Suíça.

— Que fazem eles?

— Procurar colaborar em jornais, fazer traduzir seus livros, encontrar um trabalho qualquer. Tudo isso, quasi que em vão. Sua miséria é grande... Em Praga, os escritores tchecos deram alguns espetáculos em benefício de seus confrades alemães. Aquí, nada se fez, salvo as "soirées" organizadas pela Associação dos Artistas e Escritores Revolucionários. Por enquanto, a coisa vai mais ou menos. Mas o inverno será terrível para os intelectuais refugiados alemães. Apesar disso, eles se esforçam por ajudar os que ficaram na Alemanha.

— São muitos os que ficaram lá?

— Sim.

— E que fazem eles?

— Há alguns que concordaram. Gottfried Benn, por exemplo, o poeta socialista Max Bartho, que escreve atualmente nos jornais nazis, Bonze-la e alguns outros.

— E que fazem os que, embora permanecendo na Alemanha, não pactuaram com Hitler?

— Escondem-se... Escrevem, consagram-se ao trabalho político ilegal. Os contratos que eles tinham com os editores foram rescindidos, não recebem mais os direitos autorais sobre seus antigos livros, não têm mais nenhuma colaboração. Nenhum dentre eles, embora celebre, publica-se em parte alguma. Todavia, eles redigem folhas e opusculos ilegais e os difundem.

— Qual é, então, a literatura oficial alemã?

— Quem substituiu todos aqueles cujos nomes você citou e os que você não pôde citar?

— Hans Heinz Evers, um pornógrafo famoso e alguns escribas obscuros. E isso é quasi que tudo. Os hitleristas fizeram eleger para a Academia Stefan George. É um poeta reacionário, mas foi recusado. Poder-lhe-ia citar ainda quatro ou cinco nomes de certo valor que já eram conhecidos anteriormente e dois ou três nomes novos. O presidente da Academia é Hans Johst. Dizem que foi ele quem redigiu *Mein Kampf*, de Hitler. Foi ele também quem escreveu, desta vez oficialmente, o drama nacional-socialista *Schlageter* em que há esta frase, verdadeira confissão: "Quando ouço a palavra cultura, armo o gatilho de meu revólver". De resto, Goebbels proclamou em um discurso, falando da literatura do 3.º Reich: "Esta literatura será

RAÇA E ÓDIO DE RAÇA

dos nazistas, os judeus de todo o mundo — sejam indiferentemente mendigos na Argélia, operários textis em Lodz ou banqueiros em Paris — fizeram uma sociedade secreta para impor sua dominação ao mundo. A mística racista um tal contra-senso, não é, como se vê, motivo para quebrar a cabeça. Para ela, não são absolutamente os interesses econômicos, que unem ou dividem, ou, em geral, as causas reais controláveis; são as misteriosas combinações de sangue. Aliás, é particularmente grotesco aplicar essa "teoria" da raça e do sangue nos judeus. Se se pretende realmente encontrar algum traço de diferenciação para o conjunto de todos os judeus do mundo, este só pode ser que, nos judeus, todos os seus possíveis traços característicos provêm (isto é, se não se quer fantasiar) do fato de que a comunidade judaica, se existe, não pode ser de modo algum oriunda do sangue.

Mas chega de demencial Procuremos antes explicar o que são realmente os judeus e o que significa verdadeiramente o ódio no judeu. Com isso, queremos nos limitar aos judeus alemães, que se encontram agora sob os pogroms e as leis de exceção de Hitler.

Na primeira idade média, quando quasi não haviam ainda cidades na Alemanha, os judeus emigraram para lá como comerciantes e artesãos. No curso da história, representaram eles, primeiramente, a camada social dos usurários emprestadores, e foram então oficializados, pelos princípios medievais, em sangue-sugas do povo, para depois eles mesmos serem escorchados por impostos e expropriações, em proveito dos príncipes. Eis aí o fundamento histórico do preconceito popular de que judeus e sugadores do povo é uma mesma coisa.

Quando o desenvolvimento das cidades, de suas guildas e corporações estava em ponto mais adiantado, a concorrência judaica, particularmente a partir da metade do Século 14, foi desfeita quasi exclusivamente pelos pogroms (contra "os" usurários, embora, ou melhor, justamente porque entre esses havia muitos cristãos). Os judeus emigraram, como também muitos comerciantes e artesãos cristãos da Alemanha, para o Oriente europeu, para a Polónia, onde quasi ainda não havia cidades, e portanto havia espaço bastante para eles, como as primeiras camadas urbanas de então. E esse caráter urbano eles o conservaram, entre os camponeses e os senhores feudais, até em pleno século 19. O propalado milagre da conservação do povo judeu se explica por essa particularidade de sua categoria econômica. E como levaram consigo o alemão falado no século 14, se diferenciaram também do ambiente slavo que os evoluiu pela língua, que breve iriam tomar por "nacional" ("da raça") e chamar de "judaica". A expansão da Prússia para leste, com a conquista de novos territórios, trouxe novamente uma parte dos judeus poloneses para a Alemanha, onde o judaísmo, identificando-se com outras camadas urbanas, não se conservou como uma população à parte. Assim, pois, a mesma especialidade econômica dos judeus alemães se encontra também nos seus inimigos, a vitória sobre os concorrentes, do mesmo modo que os seus "traços" particulares são muito menos provenientes da raça do que da vida acentuadamente urbana

mística, heróica e guerreira, ou não existirá".

— Qual a sua opinião?

— Goebbels tem razão: ela não existirá.

(Vladimir Pozner)

Traduzido das *Novells* de Litteraires, de 5-8-933.

que tinham. Eis aí a fonte do anti-semitismo.

O capitalismo moderno provocou também uma revolução entre os judeus alemães. Os comerciantes independentes e artesãos foram, numa boa parte, transformados em assalariados. Mais de 40 por cento dos judeus alemães são hoje assalariados; a minoria, como operários industriais e a maioria, como empregados. Uma parte se compõe, sem falar de um numero naturalmente limitado de banqueiros e grandes capitalistas, não só, como outrora, de comerciantes, agentes, vendedores e artesãos, mas também, em medida bastante considerável, de elementos das chamadas profissões liberais, médicos, advogados, jornalistas, professores, etc.

Como se vê, a capacidade econômica específica dos judeus alemães se conservou tanto que, mais de 60 por cento deles, continuaram a fazer parte das classes médias, como pequenos burgueses, quando não como proletários de gravata.

O empobrecimento, a que foram arrastados, após a inflação, as classes médias alemãs (inclusive naturalmente os judeus), lançou as massas pequeno-burguesas, decepcionadas pela social-democracia, nos braços de Hitler. Esta pequena burguesia, a quem o capitalismo dá cada vez mais dificuldade, é, á sua maneira, reacionária e utópica — anti-capitalista. Ela precisa que lhe dê um "socialismo" es-

pecial. Segundo a famosa palavra de Bebel, o anti-semitismo é o socialismo dos cretinos. Este "socialismo" de mistificação, que em vez de lutar contra o capital luta contra os judeus, foi o que Hitler lhes trouxe.

A legislação de exceção contra os judeus fêz, em todo caso, aos empregados, médicos, juristas, instrutores, funcionários, e o boicote nazista atinge muito menos as grandes casas comerciais, do que os pequenos lojistas, intermediários, vendedores ambulantes, etc. — quer dizer, o capital é completamente poupado. Este não pôde ser ferido; pelo contrário, precisa de ser salvo.

Aos pequeno-burgueses famintos Hitler atirava, como pasto, os seus próprios companheiros de classe judeus. Os vendedores, comissários, etc., ficaram livres de alguns concorrentes; para um certo numero de universitários abriram-se algumas possibilidades. Alguns médicos puderam achar emprego nas caixas beneficentes, associações, etc. Alguns advogados podem conseguir clientes, talvez alguns empregados melhorem de emprego, mas tudo isso, em conjunto, na escala nacional, não passa de um deslocamento interno de certas posições e vantagens, mas nada de novo, nem nenhuma melhoria geral foi conseguida.

Tudo isso só faz é aumentar a guarda pessoal de Hitler. Mesmo se se acrescenta aos judeus pequenos-burgueses, os elementos "marxistas", embora arianos, das classes médias, isso entretanto não é bastante para arrancar a pequena-burguesia alemã, como classe ao seu destino histórico.

O anti-semitismo é o anti-capitalismo do pequeno-burguês, desejando rodar para trás a roda da história, que passa por cima dele e o empurra para as fileiras do proletariado. O pequeno-burguês quer fazê-la voltar às pequenas empresas industriais, ao artesanato e às lojas e vendas individuais, o que significaria, na realidade, uma agravação ainda maior da miséria e o condenação à morte da maior parte da população alemã. Contra os bancos "judeus", as grandes empresas "judaicas", o capital "judaico" levantou-se ela, com Hitler, e com este, venceu, — mas vejamos: os judeus pequeno-burgueses jazem no chão, mas o capital, os bancos, as grandes fábricas, as grandes empresas e casas comerciais, continuam intactos e sólidos muito mais sólidos do que antes quando o proletariado se preparava a ir até às raízes da exploração capitalista, pelo único meio possível e necessário, pelos meios revolucionários, impulsionando a roda da história para a frente, e tirando a conclusão final resultante da concentração do capital pela cessação da propriedade privada dos meios de produção e a sua socialização. Não foi o capital "judeu" que o pequeno-burguês venceu, mas o proletariado, quer dizer que ele mesmo acabou se entregando á discreção do grande capitalista. Nenhum outro caminho resta á pequena-burguesia, do que rejeitar o seu anti-semitismo, o seu reacionário "socialismo do cretino" e a seguir para a frente, sob a direção da classe operária.

J. REINHARDT.

A COOPERATIVA

MOVEIS E TAPEÇARIAS

Rua José Paulino, 80-A

Tel. 4-0918

Malharia Losowski

Rua José Paulino, 80
Tel. 5-4163

AGENCIA BREMEN

Lgo. Sta. Efigenia, 13

Tel. 2-5413

A vaga de sangue

Os jornais do dia 8 publicaram telegramas da Alemanha informando que os tribunais especiais haviam condenado á morte 9 comunistas em Nuremberg e mais 2 em outra cidade.

No dia 9 a Agencia Havas distribuiu outra comunicação, que transcrevemos:

"BERLIN, 8 — Um extremista que tentava evadir-se do campo de concentração de Esterweger, na região de Emsland, foi presentido pela sentinela, que atirou sobre o fugitivo, matando-o."

Este processo, dizem os nazis, é mais rápido, menos dispendioso e mais inteligente.

"MANUAL ORTOGRÁFICO"

POR UM PROFESSOR

Com prefácio de Medeiros de Albuquerque. Aprovado pela Federação das Escolas de Comércio de S. Paulo

PREÇO 123000

A' venda em todas as livrarias

Gráfico Editora Unitas Ltda.

Composto e Impresso na Typographia PAULISTA — J. Bignardi & Cia. — R. Jandaia, 10 e 12 — S. Paulo

A BASE ECONOMICA DAS INSTITUIÇÕES POLITICAS BRASILEIRAS

O processo histórico fundamental do capitalismo caracterizou-se pela expropriação das camadas populares: a acumulação primitiva do capital manifestou-se pela separação violenta do trabalhador, dos seus meios de trabalho. O regime capitalista desenvolveu-se à custa da dissolução da unidade econômica feudal. O desenvolvimento técnico que fez do artesão um assalariado determinou também a transformação do campo em autônomo em produtor de mercadorias, simples agricultor, já acorrentado ao mercado, e, enfim, premido pelo capital usurário ou pelo fisco — um simples proletário.

Mas no novo mundo deparou-se às metrópoles europeias uma contradição essencial: ao contrário da Europa, terras incultas ofereciam ao colono livre a possibilidade de tornar-se proprietário, isto é, de acumular para ele mesmo. Era o "cancer anti-capitalista" das colônias, a resistência ao estabelecimento do capital, por não haver a dependência do trabalhador em relação ao capitalista, proprietário dos meios de produção. A burguesia nascente teve que criar artificialmente a sujeição do produtor imediato ao proprietário das condições de produção. O Estado converteu a terra livre em propriedade privada, fixando-lhe arbitrariamente o preço, para impedir a transformação muito rápida do trabalhador em camponês-proprietário; ou organizou a escravidão dos índios e negros. Numa palavra, foram transportadas para as terras americanas as relações de produção capitalista. Aqui, como em toda parte, a "forma econômica especial pela qual o sobre-trabalho não é extorquido ao produtor imediato" (1) determinou a relação de dependência deste para com o proprietário das condições de produção. Esse "segredo íntimo, esse fundamento oculto de toda a construção social, e, portanto da sua forma política, isto é, a relação direta entre o proprietário dos meios de produção e o produtor imediato, não pode deixar de sofrer a influência das condições naturais, diferenças de raças, "diversas condições empíricas, etc.", apresentando assim, "infinitas variações e gradações explicáveis somente pela análise dessas circunstâncias empíricas". (2)

Desde a sua primeira colonização, o Brasil não foi mais que uma vasta exploração rural tropical. A coroa de Portugal repartiu as terras por seus serviços e fidalgos, e assim, sob a forma de um "feudalismo particular", criou-se o monopólio dos grandes senhores de terra. Não houve aqui terra livre, não se conheceu aqui o colono livre, senhor dos meios de produção. O pequeno proprietário não pôde desenvolver-se na formação econômica do Brasil. O Estado brasileiro organizou-se com um rígido esquematismo de classes e repousou na exploração do braço escravo pela minoria de senhores de terra. Trabalho escravo, propriedade latifundiária, aristocracia rural, constituída aos azares do favoritismo da metrópole, da caça ao índio e do tráfico negro, imprimiram cunho particular à formação histórica do Brasil na América Latina onde, em geral, a ausência da agricultura organizada acarretou a luta do colono pela terra, contra o índio e contra o monopólio da coroa espanhola. Numa sociedade assim constituída, não há lugar para um desenvolvimento ponderável da classe dos pequenos proprietários (camponeses independentes), e podem-se considerar desprezíveis historicamente a burguesia urbana e a camada de trabalhadores livres, tão insignificante e o seu papel na produção nacional. A burguesia brasileira nasceu no campo e não na cidade.

A produção ligou-se umbilicalmente ao mercado externo. As vicissitudes coloniais do Brasil, nos primeiros três séculos da sua história, não são mais que a repercussão das lutas das nações europeias para o predomínio no mercado mundial, até que, ao alvorecer do século XIX a incontestada hegemonia da Inglaterra, em busca de escaudouros para a sua indústria, fomentou os movimentos de independência nas colônias ibéricas da América Latina. Os novos Estados constituiram-se em devedores do capital britânico e ligaram-se pela dupla corrente da importação de mercadorias e de capitais ao mercado mundial. Em meio à turbulência dos vizinhos do continente, o carcomido tronco bragantino vegetou dos terços de séculos sob o

Contribuição ao estudo da questão da unidade nacional

LIVIO XAVIER

olhar complacente da Inglaterra. O desenvolvimento autônomo da monarquia brasileira não foi senão o reflexo das condições que terminaram a hegemonia britânica do século XIX. A produção colonial dirigida pelos senhores da terra foi, desde o início, dominada pela necessidade do mercado externo. Suprimido o monopólio português em 1808, ou antes absorvido pelo predomínio britânico as condições políticas gerais do Brasil não sofreram alteração radical: a mesma fraqueza congênita da classe dirigente para constituir um governo próprio imprime um caráter fictício e caricatural à adaptação das instituições parlamentares à monarquia brasileira. As tendências descentralizadoras decorrentes do retardamento do capitalismo, um território imenso e inexplorado tornaram-se condições da sobrevivência da monarquia burocrática e patriarcal de Pedro II, reforçando o poder pessoal do imperante. O desenvolvimento rudimentar das cidades, a ausência de indústrias, a falta de comunicações entre as províncias, a insignificância dos recursos nacionais fizeram do regime legado por condições históricas especiais, um caciquismo constitucional, em que o grande proprietário territorial abdicava nas mãos do poder moderador as suas próprias veleidades de dominação política geral.

Toda a história econômica e social do segundo reinado não é senão a história das tentativas dos senhores de terra, de adaptarem-se às condições da produção capitalista. A decadência do tráfico negro, os obstáculos que lhe opunha a Inglaterra cuja expansão comercial esbarrava na economia patriarcal dos senhores de escravos, a necessidade imperiosa de renovação da mão de obra para a redução do preço da produção, tudo estava a indicar a próxima destruição do regime escravagista. A lei da abolição só fez sancionar a desorganização do trabalho escravo.

O desenvolvimento capitalista do Brasil tornou necessária a transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado. A "mudança de forma" de que fala Marx processou-se de modo direto. A escravidão tornou-se um impedimento à libertação das forças produtivas. A instituição do mercado de trabalho livre fez-se contingência econômica e com a introdução sistemática do trabalho assalariado pela lavoura paulista. A imigração foi aqui uma empresa industrial para fornecer braços à grande cultura cafeeira.

O desenvolvimento da cultura do café nas províncias do centro-sul é um desenvolvimento tipicamente capitalista. Integraram-se na fazenda de café as condições essenciais a uma grande exploração agrícola moderna, ainda com as vantagens decorrentes de um meio geográfico e histórico excepcional. Terras virgens, ausência de renda fundiária pela confusão do proprietário territorial com o capitalista dono da exploração, numa única pessoa, o consequente emprego de todo o capital da empresa no melhoramento da cultura e, sobretudo, o estabelecimento da monocultura, forma especializada de produção que, pelo emprego simultâneo de todos os meios econômicos num objetivo único, desenvolve aceleradamente o fundo de acumulação. Geraram-se assim, determinadas pelo gênero da exploração da terra, isto é, "decorrentes não só do aumento da produtividade social mas também da maior produtividade natural do trabalho, ligada às condições naturais" (Marx), todas as formas de desenvolvimento capitalista, na escala nacional: crédito, dívida pública, sistema hipotecário, comércio importador, rede ferroviária, desenvolvimento urbano, etc.

A UNIDADE NACIONAL

A república foi uma imposição da burguesia de São Paulo que implantou com ela a sua hegemonia na Federação. Os legistas da Constituição de 1891 julgavam a forma federativa capaz de conciliar as tendências centrifugas das antigas províncias com as necessidades do desenvolvimento capitalista numa unidade nacional harmoniosa.

Atribuída pelos historiadores burgueses aos mais variados fatores, mas sempre com o intuito apologético de idealizar o passado de rapina da classe dominante que carece de heróis legendários para a sua fase de acumulação primitiva, a unidade nacional — para aqueles escritores o "grande milagre" ora imputado à conservação da dinastia portuguesa, ora às virtudes pessoais do segundo imperador, ou ainda à formação da aristocracia rural indígena, ou à ação do exército como órgão predestinado à execução do "milagre". Condi-

cionada originariamente à posse da terra pela coroa de Portugal e determinado por motivos econômicos sucessivos (comércio de madeiras, caça ao índio, procura do ouro), o povoamento do Brasil ofereceu desde o início, na imensidade do país uma base precária e dispersiva à futura unidade nacional. Submetidas a uma arbitrária divisão política, zonas de produção separadas por uma diversidade quase sem par de possibilidades, a unidade nacional tinha de ser forçosamente, antes função dos caracteres negativos da sua formação histórica política, do que consequência do processo econômico centralizador. A república precisou e acelerou a diferenciação dos Estados. O Sul, com a monocultura cafeeira, preparava as bases do surto industrial e foi deixando atrás as províncias do Centro-Nordeste agrícola-pastoril, sufocadas por uma economia semi-feudal. Derrotadas no mercado mundial, pela concorrência do algodão americano, hindu e egípcio e pela decadência da produção açucareira indígena, essas províncias viram deslocar-se para o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, desde os últimos tempos do império, como inelutável processo econômico, o predomínio político, e enquanto os negociantes de escravos despojavam os engenhos e plantações do Nordeste, Pernambuco e Bahia, nas terras altas do Sul, fortificava-se para a conquista do aparelho do Estado, no seu interesse exclusivo, a nova classe dirigente.

A oligarquia dos fazendeiros de café, de posse do governo central, suscitou nos estados do norte, talhada à sua imagem e semelhança, repulivas satrapias locais, que se distinguiram porém pela ausência de quaisquer elementos sociais progressistas. No quadro da economia pre-capitalista, sobrevivência que era de feudalismo colonial, a hierarquia política dos "coroneis", senhores de braço e cutelo, dominava pelo terror a miserável população do interior, e encontrava assim no mandato exercido em nome do poder central, o meio de fugir à própria decomposição. Como reflexo da preponderância dos Estados mais fortes sobre os mais fracos, as representações federais destes passaram a ser delegações do poder central junto aos Estados secundários, ao contrário da ficção constitucional.

A burguesia paulista pôde então combinar os elementos de acumulação primitiva com os processos de acumulação que só "a força concentrada e organizada da sociedade" —

o poder do Estado — permite apurar e sistematizar: a dívida pública, o sistema tributário e o protecionismo. Mas o aparecimento das indústrias, transformando as bases econômicas mais atrasadas do Brasil, acentuou as tendências centralizadoras do Estado, à medida que se fez mais premente a necessidade de mercados internos. O desenvolvimento capitalista cortou cerca as tradições de governo municipal em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, até a Regência, cenário onde se agitava uma pequena burguesia turbulenta e Jacobina. A centralização política, vindo de passo com a econômica, comprometeu e condenou, sem apelo, a formação de uma burguesia democrática. O processo de fortalecimento do poder executivo, tanto do centro como da província, iniciado no Império, atingiu o auge na República. A União passou a reinar, sem contraste, sobre os interesses localistas. Por isso mesmo, o aparelho governativo central foi-se adaptando melhor aos interesses particulares da facção que o controla, isto é, foi-se processando, ao mesmo tempo, a tendência da burguesia de cada grande Estado a unificar-se nos seus interesses gerais, dada a ausência de caráter nacional dos partidos políticos no Brasil.

Assim, o poder executivo tornou-se na sociedade brasileira a força decisiva que permite à oligarquia partidária que o exerce, uma dominação quase exclusiva. A contradição entre a centralização — processo determinado pela necessidade econômica — e a forma política da Federação — condição histórica da unidade nacional, desenha-se nítida na base da política interna da burguesia brasileira. Como todo processo contraditório, o desenvolvimento das forças produtivas dentro do quadro do Estado brasileiro cria formas de equilíbrio instável, incapazes de resolver as próprias contradições, mas que dão o sentido geral do movimento.

Chegados ao limiar de um maior desenvolvimento capitalista, outros Estados (Minas, Rio Grande do Sul, Bahia, Estados do Nordeste) são forçados a lutar por uma fórmula política de equilíbrio. A luta pela presidência da República passou rapidamente do quadro das competições eleitorais pluri-partidárias e concubinas entre os chefes políticos e a camarilha militar, aos pronunciamentos perigosos, ao terreno da guerra civil aberta.

A hegemonia de São Paulo na Federação não pôde terminar o processo centralizador do aparelho do Estado, muito embora a acumulação propriamente paulista seja a única massa ponderável de capitais nacionais. A extensão do país e a sua insignificância demográfica condenaram historicamente, na fase imperialista, qualquer veleidade de reproduzir-se na América a história da Prússia. A penetração imperialista é um revulsivo constante que acelera e agrava as contradições, alterando permanentemente a estrutura econômica e política dos países coloniais e dependentes. No redemoinho imperialista, a burguesia nacional destes países não tem base estável para construir uma base social progressista.

Assim, sob a dominação da burguesia a unidade nacional brasileira tende a esfalar-se ao peso da contradição entre o desenvolvimento desigual do capitalismo nos Estados e a forma da Federação — nas condições criadas pela pressão imperialista. Essa tendência inelutável criará, doravante, permanentemente, situações de choques, conflitos, em uma palavra, de guerra civil onde o proletariado terá a última palavra. As formas transitórias de equilíbrio entre as diversas unidades da Federação só serão conseguidas por meio de uma crescente pressão das forças armadas, isto é, à custa de uma opressão agravada das massas trabalhadoras e das classes médias, uma vez que a burguesia dos diversos Estados brasileiros é forçada, cada vez mais, a subordinar a luta pela unidade nacional à luta pelo seu próprio predomínio particular, e ao conjunto do processo de penetração imperialista.

Isso não exclui, antes a explica, a perspectiva da desagregação nacional, em função dos interesses do capital financeiro internacional. A questão da unidade nacional, desloca-se cada vez mais do terreno das competições políticas da burguesia para revestir o caráter concreto da reivindicação de classe das massas trabalhadoras. Só a vitória da revolução proletária, agrupando todas as classes oprimidas, é capaz de assegurar a unidade nacional, contra a dupla opressão da burguesia brasileira e da burguesia imperialista.

Frederico Gámbara

ADVOGADO

Praça da Sé 6 — 2.º sob.
Tel. 2-2157

O partido fascista norte-americano já escreveu no seu album histórico uma façanha heroica: Antonio Fierro, um jovem antifascista, expulso da Itália, foi assassinado por um capanga de Art Smith, o "super-Mussolini" "ianqui". E Athos Terzani, companheiro de ideias e de luta da vítima, foi acusado pelo mouribixaba americano como autor do crime, quando o verdadeiro assassino é um "camisa cáqui" conhecido e pilhado em flagrante!

Mas a justiça americana fecha um olho e, com o outro, faz vista grossa. Ela tem razões suficientes para justificar a sua atitude. É verdade que elas não são melhores do que as razões aduzidas nos processos contra Sacco e Vanzetti, e os negros de Scottsboro, mas, em todo caso, para os seus objetivos, dão certo.

Durante uma manifestação em Astória, (N. Y.), surgiu um conflito entre antifascistas e "camisas cáqui", os quais se haviam reunido armados de porretes e revólvers. O conflito assu-

miu proporções imprevisíveis, havendo troca de golpes de "manganello". Logo depois, um apaniguado de Art Smith descarga a sua arma contra o jovem Antonio Fierro. Athos Terzani e L. Palumbo, companheiros da vítima e testemunhas de vista, saem à sua e chamam um policial para efetuar a prisão do criminoso. Mas este, aproveitando da confusão, escapula-se. Art Smith, ato contínuo, para salvar o seu comparsa, acusa os dois testemunhas que são presos imediatamente.

Durante o processo, realizado em 20 de julho p. p., Art Smith caiu em flagrantes contradições. Por si só, elas seriam mais do que suficientes para invalidar a acusação. Mas os processos contra Sacco e Vanzetti, os negros de Scottsboro e Tom Mooney, constituiram ótimos precedentes e ótima escola. E na trilha da experiência adquirida que prossegue o processo contra Athos Terzani.

Desta vez, contudo, não se defendem razões de Estado, nem a estabilidade da República das estrelas. O caso tem um caráter mais preciso: trata-se de transformar um ato de banditismo fascista em um episódio de heroísmo fascista, como se fez, milhares de vezes, na Itália e na Alemanha, ao mesmo tempo que se tenta jogar a própria criminalidade sobre as costas das vítimas.

Esse aspecto de "ideologia" fascista marcha ao par da degenerescência mo-

ral da sociedade em decomposição, de que é, aliás, uma das expressões mais nítidas. Junte-se-lhe o espírito de delação, o entorpecimento geral das capacidades especulativas e raciocinantes, enfim, o rudimentarismo mental próprio das sociedades primitivas, e teremos, por linha gerais, um fascista a cem por cento.

E esse fascista será igual na Itália como na Alemanha, em Portugal como na Irlanda, nos Estados Unidos como no Brasil. A "renascença nacional" de que Plínio Salgado fala pomposamente nas suas entrevistas, de volta da "triumfal" viagem pelas regiões mais atrasadas do país, não é senão o recurso de que lança mão para atrair os ingenuos que quer transformar em instrumento da ideologia do crime.

Breve, se os antifascistas do Brasil se deixarem levar pela inércia que os parece possuir, teremos o nosso caso Athos Terzani.

DE GYS

Tipogr. Frankenthal

Rua José Paulino, 49
Tel. 4-0066

Drs. Bruno Barbosa e Silveira Melo

Advogados

Rua São Bento, 58 — 2.º andar
Tel. 2-3780

CASA MILION

ALFAIATARIA E
ROUPAS FEITAS

Rua Sta. Ephigenia, 129

(1) Marx, O Capital, III, 2.ª parte, XLVIII, II.
(2) Marx, Ibidem